

A TRANSFORMAÇÃO URBANA POR MEIO DE MEGAEVENTOS E DA CULTURA: QUEM GANHA?

THE URBAN TRANSFORMATION THROUGH MEGA-EVENTS AND CULTURE: WHO GAINS?

Valéria Pilão¹

RESUMO

Intervenções urbanas de grandes proporções vêm ocorrendo em diversas cidades brasileiras, especialmente na última década, após algumas delas serem escolhidas para sediar dois grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Ao mesmo tempo, é também perceptível um crescente interesse pela cultura como forma de transformar a cidade – interesse que se manifesta com a revitalização de espaços de importância histórica e sua conversão em equipamentos culturais, na valorização das culturas locais e na criação de festivais, realizados, em geral, em centros urbanos. Esses dois fenômenos também são encontrados de maneira associada, quando intervenções culturais são justificadas pela realização dos megaeventos. A partir da constatação desses fatos por meio do relato de algumas situações encontradas no país, o presente artigo busca evidenciar a concepção de cidade que é reproduzida neste momento histórico do capitalismo para, em seguida, analisar os setores da estrutura social que mais se beneficiam com tais intervenções. Os legados da Copa do Mundo e das Olimpíadas, como as transformações e desenvolvimento das vias urbanas ou reformas e ampliações de rodoviárias e aeroportos, bem como as alterações de cunho cultural, que trariam qualidade de vida à população, são justificativas recorrentes entre os ideólogos do planejamento estratégico urbano para as ações realizadas, no entanto, como se argumenta no final do trabalho, tal concepção de cidade traz em seu bojo a valorização do próprio capital, principalmente do ponto de vista imobiliário e especulativo.

Palavras-chave: Megaevento. Cultura. Cidade. Planejamento estratégico urbano.

ABSTRACT

Urban interventions of major proportions have occurred in several Brazilian cities, especially in the last decade, after some of them were chosen to host two big sporting events: the World Cup and the Olympics. At the same time, there can be noticed a growing interest in culture as a way to transform the city - interest manifested in actions such as the revitalization of historical spaces and their conversion into cultural equipments, the valorization of local cultures and the creation of festivals which are generally organized in urban centers. These two phenomena are also found together, when cultural interventions are justified by the realization of mega-events. Based on the observation of these facts in some situations encountered in Brazil, this paper seeks to put in evidence the idea of city that is reproduced in this historical moment of capitalism and, then, to analyze the sectors of the social structure that most benefit from such interventions. The legacy of the World Cup and of the Olympics, as the changes and development of urban roads or renovation and extensions of bus stations and airports, as well as the culturally-oriented modifications, which would bring quality of life to the population, are recurring justifications among the ideologues of the urban strategic

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Marília. E-mail: valeriapilao@gmail.com.

planning for the performed actions. However, as it is argued later in this paper, that idea of city brings with it the valorization of the capital itself, mainly in the real estate and speculative points of view.

Keywords: *Mega-events. Culture. City. Urban strategic planning.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, desenvolveram-se no Brasil, em especial nos centros metropolitanos, intervenções urbanas de grandes proporções. As populações de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, entre outras, têm experimentado processos de revitalizações de centros históricos, mudanças nas malhas viárias urbanas, ampliação de aeroportos, deslocamentos dos centros administrativos governamentais para novas regiões, especialmente criados². E a promoção de megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos tem servido como justificativa para uma série dessas alterações.

Ao mesmo tempo também é perceptível uma supervalorização da cultura. A revitalização de espaços com valores históricos alçados a equipamentos culturais é um fenômeno recorrente. Em nome da democratização ao acesso à arte e à cultura novos festivais são criados, mostras internacionais são expostas por meses, com direito a períodos em que os equipamentos ficam abertos por mais de 30 horas ininterruptos³, e o patrimônio histórico-cultural, seja material ou imaterial, assume cada vez mais importância para e nas cidades.

Parece haver uma confluência de interesses que permitem uma alteração da concepção e da gestão da cidade. Mas que interesses são esses? Que concepção de cidade está se tornando hegemônica que se utiliza tanto da cultura como dos megaeventos como justificativa e forma de intervenção urbana ao mesmo tempo?

A que se devem tais mudanças? Seriam elas resultado de necessidades locais, demandas da população para um melhor deslocamento, melhor moradia e qualidade de vida? Condição necessária ao desenvolvimento do capital nacional? Ou seriam estas mudanças uma forma de adequação das cidades brasileiras aos movimentos internacionais do capital e que extrapolam as demandas locais para atender a outros interesses, inclusive especulativos?

Para desenvolver tais problematizações analisar-se-á na sequência do artigo a importância que assume, no presente momento histórico, a promoção de megaeventos e a utilização da cultura como elementos que agregam valor ao urbano, tratando de casos

² Faz-se referência à inauguração do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, no ano de 2010.

³ Faz-se referência a mostra Impressionismo: Paris e a Modernidade, exposta no Centro Cultural Banco do Brasil em São Paulo, no ano de 2012, que teve por mais de uma vez sua “virada impressionista”.

particulares recentes vivenciados no país, bem como elucidando a concepção de cidade contida nesses projetos.

CIDADE, CULTURA E MEGAEVENTOS

É sabido que, nas últimas décadas, algumas cidades brasileiras estiveram envolvidas em disputas tanto internacionais como nacionais para serem sedes de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas⁴. A confirmação do Brasil como sede desses dois eventos contribuiu significativamente para que nos últimos anos tenha se formado nas cidades onde se realizaram e realizarão, um grande canteiro de obras, pois sediar megaeventos significa a execução de uma série de intervenções na infraestrutura urbana que comporte o evento em si e o deslocamento de um grande contingente de pessoas, interno e externo, para tais locais.

Diversos são os questionamentos anunciados por movimentos sociais e intelectuais à realização de tais megaeventos no país. E diversas podem ser também as problematizações: os motivos que levaram os organismos internacionais, organizadores do evento, a escolherem um lugar ou outro; os frutos colhidos pelas cidades sedes pós-megaeventos; a utilização de dinheiro público na realização de megaeventos, quando há, de forma bastante aparente na sociedade brasileira, uma série de problemas que precisam de respostas urgentes, como o de moradias⁵, mas que acabam sendo “esquecidas”.

Muito se tem discutido sobre os motivos que levaram os países, de modo geral, a disputarem a realização de tais atividades esportivas⁶. As respostas, para os favoráveis, de modo geral, destacam a possibilidade do país e das cidades sedes projetarem-se internacionalmente, além de propiciarem o desenvolvimento, como assinala Luís Fernandes, secretário executivo do Ministério do Esporte:

os megaeventos não são um sortilégio, uma varinha de condão capaz de mudar da noite para o dia o cenário do país, mas são ferramentas de fato, capazes de acelerar políticas estruturantes de desenvolvimento nacional, regional e local. Sob olhares do mundo inteiro, o Brasil procurará consolidar a imagem de país moderno e

⁴ Em outubro de 2007, a FIFA anunciou o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. O Brasil era o único país que concorria, uma vez que a Colômbia retirou sua candidatura. No mês de outubro de 2009, o presidente da COI anunciou que as Olimpíadas de 2016 seriam realizadas no Rio de Janeiro. Cabe ainda lembrar que o Brasil já havia se candidatado três vezes para sediar as Olimpíadas: Brasília 2000 e Rio de Janeiro 2004 e 2012, todas sem sucesso.

⁵ Segundo Maricato (2011), o maior déficit habitacional brasileiro encontra-se na faixa de zero a três salários mínimos e o programa Minha Casa Minha Vida está chegando à classe média.

⁶ Oliveira (2011) demonstra por meio do aumento significativo dos gastos para a realização dos jogos, o quanto a concorrência para ser sede de megaeventos tem se acirrado.

democrático, com diversidade cultural e capacidade de organização, pleno de atrações turísticas espalhadas por um território continental (FERNANDES, 2014, p. 64).

Em uma época na qual há uma aparente disputa entre as cidades e uma tentativa por parte de seus gestores de torná-las atrativas ao capital (financeiro e produtivo), e também destacá-las por suas singularidades como um destino turístico potencial, a promoção de megaeventos permitiria uma exposição positiva do país e das cidades que renderiam receitas durante anos. Além disso, a realização de atividades esportivas de tal porte levaria as cidades a um processo de transformação de caráter positivo, como elucida Anne-Marie Broudehoux sobre a importância dos jogos olímpicos: “[estes] funcionam como um selo de aprovação que marcará as cidades para sempre como pertencentes a um patamar superior na escala global. Eu vejo o interesse de mega eventos para as cidades como forma de promoção e marketing de sua imagem” (2010, p. 30).

Mas se hoje há a necessidade e é possível tornar a cidade mais atrativa, como acima foi mencionado, há uma maneira de gerir a cidade que corresponde a tais anseios. Por trás da disputa para sediar os megaeventos, existe uma nova concepção de cidade, bem como, uma forma de intervenção urbana, cujo objetivo é o de tornar a cidade atraente, expectativa preponderante nas últimas décadas.

Data da segunda metade do século XX o surgimento de uma corrente urbanista denominada planejamento estratégico urbano. Esta forma de intervenção urbana, oriunda dos Estados Unidos da América na segunda metade do século XX, traz em seus pressupostos a necessidade de um reordenamento nas cidades (ARANTES, 2000; CARVALHO, 2000). A partir de conceitos e técnicas inicialmente desenvolvidos para o planejamento empresarial,

originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2012, p. 76).

Destaca-se que se o planejamento estratégico urbano foi implementado primeiramente em cidades que, devido à crise vivenciada pelo capital nos anos de 1970 e por sua resposta a reestruturação produtiva experimentaram um processo de desindustrialização, é correto afirmar que atualmente tal proposta tornou-se referência para as cidades do mundo, principalmente a partir da década de 1990, tendo como modelo as intervenções realizadas na cidade de Barcelona – lembrando que boa parte das alterações implementadas foram

realizadas em função da cidade ter sido escolhida como cidade-sede para as Olimpíadas de 1992⁷.

O planejamento estratégico como orientador das formas de intervenção na cidade está associado às recomendações para a construção da imagem da cidade, ao *marketing* urbano, bem como à inserção competitiva da cidade, o que seria possível por meio da realização de megaeventos (SÁNCHEZ, 2010).

Autores como Jordi Borja (2007), que também se tornou um consultor referência para as ações urbanas contemporâneas, inclusive no Brasil, apesar de ponderar em artigo recente sobre as ambivalências e contradições que esse formato de gestão pode trazer, continua afirmando a importância do legado que as transformações urbanas desenvolvidas em Barcelona deixaram, contribuindo para a projeção da cidade no cenário internacional.

No conjunto de proposições que estão presentes no planejamento estratégico merecem destaque: a) a identificação de uma crise econômica da cidade; b) torná-la competitiva aos investimentos estrangeiros a partir do desenvolvimento em infraestrutura; c) vender a imagem da cidade para o mundo; d) busca do consenso entre seus cidadãos. Estabelece-se, nessa visão de intervenção, um padrão para atingir a tais objetivos:

el requisito indispensable es la constitución de un nodo urbano de gestión y servicios avanzados, invariablemente, en torno a un aeropuerto internacional; un sistema de telecomunicaciones por satélite; hoteles de lujo, con seguridad adecuada; servicios de asistencia secretarial en inglés; empresas financieras y de consultoría con conocimiento de la región; oficinas de los gobiernos regionales y locales capaces de proporcionar información e infraestructura de apoyo al inversor internacional, un mercado de trabajo local con personal cualificado en servicios avanzados e infraestructura tecnológica (BORJA; CASTELLS, 1997 *apud* SANCHEZ, 2010, p. 64).⁸

Tais investimentos trazem no seu bojo outra característica também fundamental ao planejamento estratégico, que é a associação de capital público com capital privado. David Harvey (2005) pondera que tal forma de parceria compõe o novo empreendedorismo urbano, no qual há, muitas vezes, investimentos inseguros, ficando a cargo do setor público o risco, e os benefícios, ao setor privado, conjuntamente com a valorização da economia e da política local frente à nacional.

⁷ É digno de nota que a cidade de Barcelona vivia nos anos de 1970/1980 num processo de retração econômica que afetava tanto o setor têxtil como o de serviços, com um alto índice de desemprego (SANCHEZ, 2010).

⁸ Tradução: o requisito indispensável é a constituição de um nó urbano de gestão e de serviços avançados, organizados, invariavelmente, em torno a um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência e secretariado em inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento na região; escritórios dos governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infraestrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infraestrutura tecnológica.

Um exemplo elucidativo sobre os riscos que esta forma de gestão da cidade pode gerar são as construções dos estádios na África do Sul, país sede da Copa do Mundo de 2010. Uma matéria veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo (CHAYAMITI; BARBOSA, 2012) menciona que, após o encerramento do megaevento esportivo, os custos de manutenção de parte dos estádios construídos são inviáveis e estão a cargo do governo. No entanto, há que se ponderar que o risco desses estádios se tornarem elefantes brancos não estavam na agenda do capital privado, de construtoras como AVENG Grinaker-LTA⁹, que executou 3 das 10 obras para construção dos estádios.

Se por um lado a parceria público-privada garantiu a realização das obras e da Copa do Mundo, por outro, ela não é mais responsável pelas consequências que tais construções podem trazer à população e à cidade. Depois das intervenções feitas, fica a cargo do poder público a responsabilidade social. Como as ações promovidas nessa perspectiva costumam ser pontuais e por isso fragmentadas, não é raro processos contraditórios em sua efetivação.

Elucidativo é o caso de um dos estádios construídos na África do Sul, onde há água para manter os gramados verdes, mas não há abastecimento para os moradores que estão do outro lado da rua (CHAYAMITI; BARBOSA, 2012). É recorrente nesta forma de gestão da cidade alterá-la de maneira fragmentada, não sendo a totalidade urbana e da população contemplada pelas “benfeitorias”.

Em 2013 houve um conflito na cidade do Rio de Janeiro que também evidencia a pontualidade das ações urbanas realizadas por conta de megaeventos; devido às obras vinculadas ao estádio do Maracanã, uma área próxima, onde se localiza o antigo Museu do Índio e vivia uma comunidade indígena, foi inicialmente desapropriada para ser demolida e dar continuidade às reformas do estádio.

Depois de conflitos durante meses entre essa comunidade e o poder público, inclusive com a presença da Polícia Militar (PM) para a reintegração de posse, o governador Sérgio Cabral anunciou que o prédio não seria mais demolido e sim reformado, porém seus antigos moradores seriam removidos (G1, 2013). Esse é um exemplo de transformação na função de uma área que não corresponde aos interesses de movimentos ou populações locais e também por isso, não contempla o conjunto da cidade.

Quando anteriormente no texto afirmou-se que J. Borja (2007) aponta para as contradições presentes nas cidades hoje decorrentes da forma com que as intervenções urbanas acontecem, o referido autor tem em vista conflitos como o acima mencionado.

⁹ É um grupo que atua em diversos lugares, incluindo Austrália e África do Sul, e em diversos setores como os de energia, infraestrutura e mineração.

Dialogando com autores de críticas radicais como David Harvey, Mikes Davis e outros autores, que ele mesmo denomina de “mais liberais”, como Saskia Sassen, Borja aponta para a necessidade de pensar, de fazer a crítica, incluindo a denúncia, às recentes transformações urbanas e suas consequências.

Sem a possibilidade de dar respostas, o diálogo desenvolvido pelo referido autor aponta como inevitável apresentar uma análise que coloque em destaque as ambivalências desta forma de gestão urbana; isso seria muito mais importante do que destacar apenas os benefícios ou malefícios dos processos e discursos urbanos atuais (BORJA, 2007).

A ambivalência é por ele entendida a partir das transformações positivas ocorridas nos anos de 1980 na cidade de Barcelona, transformações que alteraram significativamente a vocação da cidade, com um urbanismo que denomina de cidadão. Mas a valorização da cidade por meio de projetos de regeneração dos bairros, oferta cultural diversificada, revalorização do patrimônio arquitetônico e desenvolvimento da infraestrutura urbana também teve como legado transformá-la, nos anos de 1990, negativamente, formando um local de especulação, principalmente, com o aumento do preço do solo e das residências, tendo como consequência o deslocamento de parcelas da população para região metropolitana (BORJA, 2007).

Portanto, o que está em jogo é a possibilidade de articular a competitividade, a coesão social, a sustentabilidade, a governabilidade e a participação no eixo central da intervenção urbana. Ainda segundo o autor, é significativa a importância que os elementos culturais adquirem na orientação dos processos urbanos atuais. A valorização dos elementos identitários locais, do patrimônio construído, da paisagem, da população e suas habilidades, da língua e suas culturas específicas podem fazer frente a um processo de homogeneização cultural desencadeado pela globalização e com isso se tornar uma forma de resistência aos projetos públicos ou privados com grande impacto territorial (negativo à população) (BORJA, 2007).

Mas, de toda forma, não há garantia do resultado que se engendrará, uma vez que, como afirma David Harvey, o resultado desse processo de reconhecimento das culturas locais também é muito funcional ao urbanismo que busca a valorização da cidade no processo de globalização, já que a homogeneização que pode desencadear não ocorre apenas com a incorporação de formas culturais exteriores, mas também por meio da padronização de expressões do saber-fazer local e sua mercantilização.

Um exemplo significativo vivenciado em Curitiba, onde há a valorização dos elementos identitários locais, mas de forma estetizada e mercantilizada, pode ser visualizado

no bairro de Santa Felicidade. Na tentativa de vender a importância da cultura italiana, as rotas dos restaurantes na avenida Manuel Ribas, ao fim e ao cabo, homogêizam essa culinária com o tradicional frango com polenta, além de criar construções enormes, com fachadas imponentes que visam reproduzir, muitas vezes, a arquitetura romana¹⁰.

Nesse caso, a cultura italiana serve como elemento desencadeador para uma série de intervenções locais e chamariz turístico num bairro tradicional de Curitiba, cujos primeiros moradores são de origem italiana. Contrariando a aposta de Borja, pelo menos por esse exemplo, a cultura local não serve como conjunto de valores a orientar resistência aos projetos públicos ou privados, antes, contribui para a espetacularização da cidade.

Nesse caso, passa-se da possibilidade de desenvolver resistência à criação de consensos urbanos, onde a

incorporação do tema do multiculturalismo nas cidades constitui uma estratégia a mais na elaboração de uma imagem de cidade atenta aos valores sociais contemporâneos, inserida e internacional. As imagens enfatizam a importância da diversidade cultural e das diferenças étnicas, mas recuperam essa diversidade como um valor a mais da cidade-espetáculo, como um recurso mercadológico. Na apropriação simbólica do multiculturalismo, há uma estetização das relações sociais, uma simplificação do diverso e dos potenciais conflitos que o diverso engendra. [...] Nessa simplificação, as diferenças ressurgem domesticadas, pasteurizadas dentro da lógica da cidade-espetáculo (SÁNCHEZ, 2010, p.505).

Dessa forma, não é por acaso que no planejamento estratégico urbano há a orientação de intervenção na cidade de forma a revitalizá-la e, para atingir tal objetivo, recorre-se à promoção cultural, aos elementos patrimoniais da cidade, visando à criação e expansão de equipamentos culturais.

Cabe destacar que o planejamento estratégico urbano faz da cultura um elemento de valor e destaque com o qual as cidades podem ser diferenciadas. Em última instância, toda forma de intervenção urbana, por meio da cultura, visa tornar essa cidade atrativa, com uma imagem positiva ao próprio capital que lá poderá se instalar ou especular.

David Harvey pondera que no empreendedorismo urbano há uma concorrência pelos consumidores que podem ser atraídos por meio de ações que propiciem “qualidade de vida”. Assim, a valorização de regiões degradadas,

a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenções, *shoppings centers*, marinas, praças de alimentações exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em

¹⁰ Faz se referência ao Ristorante Siciliano e suas enormes colunas na fachada. Outra referência digna de nota da reprodução arquitetônica estetizada é a do Restaurante Veneza, reproduzindo um castelo medieval em sua entrada.

base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver e visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2005, p.176).

Dessa forma, a promoção de megaeventos contribui para intervenções orientadas pelos princípios acima expostos, pois o urbano reordenado para a realização de tais atividades esportivas, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, deixaria como legado uma cidade transformada, interessante e segura.

No entanto, cabe ressaltar que esta concepção de cidade não aparece no Brasil apenas quando as candidaturas para sediar tais megaeventos se confirmam. Durante a década de 1990, tomando como exemplo a cidade de São Paulo, já é possível encontrar elementos dessa forma de interferência urbana, bem como, da gestão dos espaços por ela incentivada, a saber, a parceira público-privada que contribuem atualmente para destacar a importância da cidade e sua vida cultural.

No mês de janeiro de 2013, uma curta reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo elencou as dez atrações turísticas melhor avaliadas pelos usuários da plataforma TripAdvisor¹¹. No primeiro lugar da lista encontra-se a Sala São Paulo, seguido pelo Catavento Cultural, Pinacoteca do Estado, Museu da Língua Portuguesa, Teatro Municipal, Parque do Ibirapuera, Museu do Futebol, Bairro dos Jardins, Mosteiro de São Bento e Hotel Unique¹² (USUÁRIOS, 2013).

Destaca-se que dessa lista, 8 dos 10 espaços são centros culturais ou associam atividades de lazer às atividades culturais, sendo que três deles, a Sala São Paulo, a Pinacoteca do Estado e o Museu da Língua Portuguesa encontram-se no bairro da Luz. O centro de São Paulo, particularmente a região da Luz, foi alvo de algumas intervenções, particularmente a partir dos anos de 1990, cujo objetivo era o da revitalização urbanística, por meio da construção e restauração de equipamentos culturais¹³ (JOSÉ, 2012).

¹¹ O TripAdvisor é uma plataforma na qual os indivíduos que durante uma viagem usaram de um serviço como hotel podem expressar suas opiniões, servindo de referência para futuros viajantes. Essa plataforma está vinculada à outras, permitindo que os usuários façam reservas e compras de passagens, hospedagens e restaurantes. Ver mais in: www.tripadvisor.com.br

¹² O hotel Unique localiza-se na av. Brigadeiro Luis Antonio. A diária mais barata para o mês de fevereiro de 2013 estava em torno de R\$ 1.200,00. Não é possível fazer afirmações quanto ao motivo desse hotel encontrar-se na lista dos mais atrativos, mas é possível especular que se deve a sua arquitetura pós-moderna que destoa naquela avenida.

¹³ Algumas intervenções foram especuladas desde os anos de 1970, mas apenas após os anos de 1990 iniciou-se uma intervenção urbana na região. Sobre o assunto ver mais in: (BAPTISTA, GAGLIARDI, 2012).

Todos esses espaços, apesar de serem de propriedade do governo, possuem sua gestão privada, sendo mais exato, sua gestão está a cargo de Organizações Sociais de Cultura¹⁴. O Museu de Língua Portuguesa, por exemplo, está sob responsabilidade do Instituto de Arte do Futebol Brasileiro, que é a mesma organização responsável pela gestão do Museu do Futebol, localizado no Estádio do Pacaembu.

Se por um lado as gestões desses espaços enquadram-se nas propostas do empreendedorismo urbano e contribuem para a especulação imobiliária das regiões onde estão instalados¹⁵, de outro se percebe que tal intervenção não se deve à promoção dos megaeventos, mas a uma concepção de cidade já presente na governança urbana.

Outro papel importante que precisa ser destacado é a recente atuação direta do Ministério da Cultura, por meio de sua lei de incentivo à cultura, a Lei Rouanet, nas transformações urbanas por conta da Copa do Mundo.

Foi noticiado que a Fortaleza dos Reis Magos, localizada na cidade de Natal, receberá incentivo por meio do Ministério da Cultura para a sua restauração. A ação em parceria com o governo do Estado teve um forte elemento mobilizador: o fato de a cidade ser uma das sedes para a Copa do Mundo. A então ministra da cultura, Marta Suplicy comentou sobre o projeto:

‘O projeto da Governadora é uma beleza. O Forte já é lindo, mas a implantação do projeto o tornará ainda mais atrativo, porque ele deixa de ser apenas uma estrutura física bonita para ser um atrativo cultural’, disse. Marta também demonstrou disposição em ajudar o Governo potiguar a conseguir todos os recursos de uma só vez para que até a Copa do Mundo a obra esteja totalmente concluída. ‘Vamos conseguir os recursos financeiros ou por meio de emendas parlamentares ou por meio da Lei Rouanet, mas, com certeza, vamos abraçar esse projeto para que até a Copa do Mundo de 2014 o natalense e os turistas possam desfrutar de um Forte ainda mais atrativo’, garantiu (ASSECOM, 2012).

Destaca-se na fala da ministra dois elementos importantes para a argumentação do presente artigo, o primeiro, é a transformação que ocorrerá na funcionalidade do espaço. Esse deixará de ter sua relevância “apenas” por ser uma construção histórica para se tornar também um espaço cultural. Está inscrito nas transformações/restaurações realizadas a partir da perspectiva do planejamento estratégico a alteração da funcionalidade dos espaços, o que

¹⁴ As Organizações Sociais culturais são entidades de direito privado sem fins lucrativos que administram equipamentos públicos, substituindo a ação direta do Estado.

¹⁵ No estudo de campo realizado por FRÚGOLI JR, CHIZZOLINI (2012) na região da Luz, percebe-se uma significativa alteração no cotidiano dos moradores da região, inclusive devido a um processo de especulação imobiliária, apresentando a possibilidade de aumento dos aluguéis.

implica muitas vezes no restauro de prédios históricos, posteriormente transformados em espaços culturais¹⁶.

O segundo elemento importante é a utilização da lei Rouanet para uma intervenção num espaço urbano que não possui relação direta com a Copa do Mundo, mas que, no entanto, faz-se importante para demonstração das belezas da cidade e do seu entorno, construindo uma imagem positiva.

Outro exemplo do vínculo entre as intervenções urbanas por meio do Ministério da Cultura, com a Copa do Mundo, é a do restauro da Catedral Metropolitana de Campinas. Apesar da cidade não ser sede da Copa do Mundo, a segunda fase do restauro, aprovada por meio da lei Rouanet em junho de 2012, deve-se à realização do evento, como destaca o site da Arquidiocese de Campinas:

O Ministério da Cultura autorizou a Arquidiocese de Campinas a captar R\$ 7,1 milhões utilizando a lei de incentivos fiscais (lei Rouanet) para a segunda fase do restauro, mas até agora nenhuma empresa se prontificou a destinar uma parcela do imposto de renda à restauração. Nessa fase serão recuperadas a cúpula, a torre, as quatro fachadas, além dos sistemas elétrico e hidráulico e de comunicação. **O restauro é parte de um projeto que pretende tornar a Catedral um complexo religioso e cultural e prepará-la (sic) para ser a âncora turística da cidade dos grandes eventos que ocorrerão em 2014 e 2016, com a Copa do Mundo e as Olimpíadas** (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 2012, *grifo nosso*).

A proximidade da cidade de Campinas à cidade de São Paulo, bem como as facilidades para deslocamento à região, tanto rodoviária como aérea, a coloca num possível fluxo turístico. A catedral foi inaugurada em dezembro de 1883 e devido a sua riqueza arquitetônica e também ao seu valor religioso, possui uma significativa importância para a cidade.

Fica aparente, por meio das notícias acima, que as cidades podem ser transformadas utilizando-se de leis de incentivo que inicialmente estão vinculadas à cultura. A própria realização de eventos culturais ou festivais permitem a promoção da cidade enquanto um espaço atrativo, que traz qualidade de vida ao seu morador ou visitante, vide, por exemplo, o crescente modismo das Viradas Culturais¹⁷.

E não se pode esquecer o quão importante é para o planejamento estratégico a qualidade de vida oferecida por meio de espaços e atividades. De tal feita, não só é possível

¹⁶ Poder-se-ia dar diversos exemplos de tais transformações de funcionalidade dos espaços no Brasil, dentre eles: a construção do Porto Maravilha no Rio de Janeiro e, em Curitiba, a restauração do antigo mercado municipal, que também foi sede da prefeitura, e depois da recente restauração tornou-se um equipamento cultural do SESC.

¹⁷ A realização de festivais que tenham a duração de vários dias seguidos, sem interrupção, como acontece na Virada Cultural em São Paulo ou Curitiba, dentre outras, tem inspiração europeia, origina-se na França com as *Nuit Blanche*, e tem se propagado pelo mundo como forma de promoção cultural e valorização da cidade.

trazer alguns elementos que demonstram o quanto a cultura pode ser um elemento inovador do espaço urbano, mas também, como as intervenções de cunho cultural estão atreladas às transformações urbanas que vem sendo realizadas por conta dos grandes eventos esportivos.

Cabe ressaltar que, com a lei Rouanet, o Ministério da Cultura (MinC) desempenha o papel mediador entre o produtor cultural e as corporações que, por ventura, podem patrocinar a execução dos projetos apresentados, tendo em vista que:

O mecanismo de incentivos fiscais da **Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet)** é uma **forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural**. O proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (MinC) e, caso seja aprovada, é autorizado a captar recursos junto a pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda (IR) ou empresas tributadas com base no lucro real visando à execução do projeto.

Os incentivadores que apoiarem o projeto poderão ter o total ou parte do valor desembolsado deduzido do imposto devido, dentro dos percentuais permitidos pela legislação tributária. Para empresas, até 4% do imposto devido; para pessoas físicas, até 6% do imposto devido (MINC, 2011, *grifo nosso*)

Por intermédio dessa lei de fomento um número considerável de empresas passa a patrocinar cultura no país e, certamente, a renúncia fiscal realizada por parte do governo é um atrativo, pois a empresa incentivadora poderá abater até 4% do imposto devido, como menciona a citação acima.

Se há uma preocupação pública e privada em promover a cultura, como já demonstrado por meio de lei de incentivo, também existem problematizações e um espaço de debate aberto de como estas devem funcionar e de como o capital privado pode se beneficiar e ao mesmo tempo tornar-se gestor cultural.

Com o objetivo de promover a marca da empresa em determinada região, assumindo o papel, segundo as próprias, de gestores culturais, as corporações, visando um público-alvo de consumidores, também realizam uma intervenção no espaço urbano.¹⁸

Desta forma, verifica-se que não é apenas por meio de órgãos diretamente vinculados à cidade que o Estado é capaz de interferir no urbano. A lei Rouanet também contribui diretamente para essas ações. No presente artigo não está implícito um juízo de valor que invalida toda transformação urbana, seja ela de construção de equipamentos culturais ou não,

¹⁸ Atualmente, existe na economia, enquanto área do conhecimento, uma especialidade denominada economia da cultura. Os autores identificados com essa especialidade econômica discutem temas variados, como: o papel do Estado e/ou das empresas na promoção cultural; a importância da promoção cultural como forma de “democratização” ao acesso à cultura; a valorização das manifestações culturais em grupos locais por meio do fomento e, de forma mais abrangente discutem o papel que a cultura representa enquanto catalisador do desenvolvimento social, particularmente nos países em desenvolvimento. Ainda, há por parte das corporações, bem como dos ideólogos da economia da cultura, uma clareza de que a promoção cultural pode promover convênios, campanhas e negócios (MAGALHÃES, 2009).

o que se está abordando e questionando é como tais elementos constitutivos das identidades locais, como uma Catedral ou Forte, para não tratar de todas as festas promovidas, podem ser utilizadas para a promoção da cidade no cenário internacional e, inclusive, atreladas aos megaeventos.

Se há, portanto, um imperativo nas cidades contemporâneas que alteram as suas formas de gestão para torná-las atrativas, ainda cabe a pergunta do por que existe a necessidade das cidades se projetarem internacionalmente nesse momento histórico do capitalismo?

A CIDADE PARA O CAPITAL

David Harvey faz uma consideração importante para o desenvolvimento deste debate, pois o autor sugere que a redução das barreiras espaciais, a compressão do tempo e do espaço que ele discute n'A Condição pós-Moderna, resultado do desenvolvimento das novas tecnologias, permite ao capital uma mobilidade muito maior. A maior facilidade para deslocamento, inclusive da produção, permite ao capital uma seleção muito mais rigorosa sobre o local aonde irá se estabelecer. De tal forma que

as pequenas diferenças na oferta de mão-de-obra (quantidades e qualidades), nas infra-estruturas e nos recursos, na regulamentação e tributação governamental, assumem muito maior importância do que quando os custos elevados de transporte criavam monopólios 'naturais' para produção local em mercados locais (HARVEY, 2005, p.179).

Dessa forma, a maior capacidade de escoamento, de deslocamento do capital e da produção faz com que as cidades criem elementos que as destaquem, tornando-se atrativas, pois nessa sociedade globalizada pequenos diferenciais podem contribuir para a distinção. Assim, a governança urbana tem se orientado por intervenções que deixem as cidades favoráveis aos negócios e toda forma de chamariz vale a pena, uma vez que

para tornar as metrópoles competitivas, segundo Jordi Borja – sociólogo e urbanista responsável pela consultoria aos planejamentos estratégicos de Barcelona, Lisboa, Bogotá e Rio de Janeiro –, é preciso promover uma alteração em suas “bases territoriales” de maneira a que “sean eficientes” às “empresas-red” que, em decorrência do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, estão livres para escolher a melhor localização (CARVALHO, 2000, p.76).

As construções de museus, espaços culturais, a realização de grandes eventos, Bienais, dentre tantas outras possibilidades alteram a forma das cidades e as deixam mais

“eficientes” aos diversos setores do capital. A cultura torna-se um serviço oferecido que permite a diferenciação da cidade num mundo globalizado¹⁹.

Tal protagonismo e importância que a cidade assume no presente momento histórico também está relacionado à crise do capital vivenciado nos idos dos anos 1960 e 1970, sendo a ele uma possível resposta. Quer dizer, os investimentos na cidade podem ser mais uma das saídas gerenciadas pelo capital como forma de controlar a sua própria crise e garantir ganhos a determinados setores. A esse respeito David Harvey esclarece:

Há uma concordância geral de que a mudança tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973. A desindustrialização, o desemprego disseminado e aparentemente ‘estrutural’, a austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local, tudo isso ligado a uma tendência ascendente do neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte (ainda que, frequentemente, mais na teoria do que na prática) à racionalidade do mercado e à privatização, representam o pano de fundo para entender por que tantos governos urbanos, muitas vezes de crenças políticas diversas e dotados de poderes legais e políticos muito diferentes, adotaram todos uma direção muito parecida [ao empreendedorismo urbano] (2005, p. 168).

A aceitação e realização do receituário dado pelo planejamento estratégico desenvolve-se como forma de alavancar parcerias milionárias entre prefeituras e estados associado ao setor privado para a (re)construção de polos urbanos. Numa simbiose de interesses políticos e imobiliários, essa forma de “fazer” cidade transforma espaços obsoletos e degradados em ótimas oportunidades para o capital.²⁰ Assim, se o urbanismo modernista e funcionalista tinha como função organizar as cidades nos moldes fordistas, atualmente, essa nova forma de gestão da cidade seria capaz de integrá-la a economia financeirizada e globalizada (FERREIRA, 2010). Reforçando a ideia de constituição de uma cidade autônoma, o planejamento estratégico cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar, dando ao mercado espaço absoluto (MARICATO, 2015).

¹⁹ No final do ano de 2011, o jornal Folha de S. Paulo publicou matéria na qual destacava as transformações em desenvolvimento na cidade de Belo Horizonte – deixando a cidade mais propícia a investimentos, ao turismo e ao comércio – desde a construção da “cidade administrativa”, na qual atualmente funciona boa parte dos serviços públicos e iniciou-se um processo de revitalização dos antigos imóveis localizados no centro da cidade, “Fiat, Banco do Brasil, TIM, Vale, Cemig e a EBX de Eike Batista estão patrocinando a criação de um dos maiores conjuntos de museus no país, ao redor da praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Os antigos palacetes que abrigavam secretarias estaduais mineiras desde 1897, quando a capital foi fundada, estão recebendo museus [...]” (LORES, 2011, p.8).

²⁰ Ferreira ainda sugere que se o planejamento estratégico é um receituário surgido como resposta para a crise de superprodução europeia e norte-americana, ele se apresenta no Brasil incluído no pacote de medidas neoliberais dos anos de 1990. “A expansão neoliberal gerada pela reestruturação produtiva alcançou nosso país a partir da década de 1990, e os ditames do Consenso de Washington provocaram importantes transformações econômicas, hoje bastante conhecidas: forte desregulamentação e enfraquecimento do papel do Estado, privatizações e abertura do mercado interno para o capital internacional, desnacionalização da indústria e precarização absoluta das relações trabalhistas, abandono de projeto de políticas públicas estruturais e adoção de políticas de assistência social pontuais etc. Embora não tenham sido notadas de imediato, também estavam incluídas no ‘pacote’ as novas receitas urbanísticas importadas do ‘Primeiro Mundo’” (FERREIRA, 2010, p. 189-190).

Rentabilidade e patrimônio estão associados a esse formato atualmente hegemônico de interferência na cidade, por isso Otilia Arantes (2000) a denomina “máquina urbana de produzir renda”. Essas ações trazem no seu bojo, por trás do discurso de constituição de espaços culturais, democratização ao acesso à cultura, revitalização e reurbanização, a valorização do próprio capital, principalmente do ponto de vista imobiliário, com a eliminação de aspectos negativos que desvalorizam uma determinada região: prédios depredados, moradores de rua, insegurança, consumo e tráfico de drogas, comércio ambulante, etc.²¹ Assim sendo, Ermínia Maricato (2015) sugere em entrevista que certas obras de mobilidade urbana realizadas do Brasil por conta da Copa do Mundo, não são prioritárias para a mobilidade das massas; tratam-se não de “obras viárias, mas imobiliárias”, pois estão relacionadas com o mercado (especulativo).

Nesse sentido, pode-se compreender a importância crescente nas últimas décadas de uma cidade se tornar sede de eventos com repercussões internacionais, pois para além do seu nome projetado mundialmente, ainda é realizado uma série de ações que contribuem para a realização de setores do capital como também, aparecem como uma promessa para a atratividade de outros. Não é por acaso que no receituário do planejamento estratégico as parcerias público-privadas dão o tom, pois

têm como objetivo a otimização do aproveitamento de oportunidades de investimento e financiamento consubstanciadas em diversas formas de valorização e acumulação, particularmente aquelas ligadas ao capital imobiliário, à indústria do turismo, da cultura e do entretenimento (SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, 2004, p.8).

Portanto, sendo a cidade o espaço por excelência do capital, os investimentos realizados a partir das parcerias dão à cidade a forma e o conteúdo que o capital produtivo, improdutivo e especulativo precisa para se instalar e se desenvolver, bem como contribui para esse processo de mercantilização da cultura, já que é também por meio dela que as cidades se destacam mundialmente.

Somam-se à análise acima desenvolvida as considerações de Oliveira (2011), nas quais pondera que as estratégias de crescimento por meio das implementações de grandes projetos urbanos, atualmente, foram afastadas em prol da hospedagem dos megaeventos. De tal forma, a parte (o megaevento) vira o todo e o todo torna-se a parte. No entanto, cabe a ressalva que:

²¹ As expulsões dos camelôs, em meados dos anos de 1990, que se instalavam na Av. Paulista, centro financeiro de São Paulo, foi uma das medidas tomadas, em ações realizadas pelo poder público e setores privados, para a “revitalização” da região. Na época criou-se uma associação chamada “Paulista Viva”, composta basicamente por representantes do setor empresarial, cujo objetivo era revalorização patrimonial da avenida, com presença marcante do Banco Itaú (CARVALHO, 2000).

não é difícil perceber que a ‘estratégia megaeventos’ e a ‘estratégia grandes projetos urbanos’ compartilham vários elementos em comum, por exemplo: 1) a atração de investimentos; 2) a alavancagem do turismo; 3) as ações urbanas pontuais, e 4) o acionamentos das parcerias público-privadas (OLIVEIRA, 2011, p.260).

As considerações acima realizadas corroboram para analisar as situações particulares que foram trazidas no presente trabalho, uma vez que se pode demonstrar, por meio das intervenções realizadas no centro de São Paulo, uma concepção urbanística que é efetivada por meio de projetos, cujo caráter é fragmentado, mas ao mesmo tempo grandioso.

A disposição de algumas cidades brasileiras disputarem desde os anos de 1990²² para serem sedes de megaeventos também marca o tipo de concepção de cidade que vem sendo reproduzido no país e sua tentativa em corroborar para o incremento de setores do capital. Uma vez que, os megaeventos, por essa análise, aparecem como um elemento catalisador de suma importância²³, pois devido à comoção social que geram na população do local onde será realizado, historicamente com pouca resistência²⁴, contribuem para a especulação e a intervenção no plano urbano, mesmo que as consequências sociais para essa mesma população não sejam tão positivas assim, como, por exemplo, com o crescimento do valor imobiliário superior ao aumento real dos salários e os processos de gentrificação desencadeados²⁵.

Se a cultura, os patrimônios histórico-culturais apresentam-se nessa concepção de cidade como uma forma de contribuir para a rentabilidade, como foi relatado ao longo do texto, sua instrumentalização em função dos megaeventos torna-se mais aparente, de tal forma que não resta dúvidas que a imagem de cidade que pretende ser vendida corresponde muito mais às novas necessidades de acumulação do capital do que às demandas da população.

²² O Brasil já havia se candidatado para ser sede das Copas do Mundo de 1994, 1998 e 2006.

²³ Não é à toa que Oliveira (2011), demonstrando o montante gasto nas últimas Olimpíadas e Copa do Mundo, afirma que há uma corrida em ascensão para ser sede de tais atividades, bem como, há um aumento significativo dos gastos. Segundo informações dadas pelo autor, para a promoção da Copa do Mundo nos EUA (1994), atendendo as exigências da FIFA quanto aos estádios e sua infraestrutura, foram dispendidos US\$ 30 milhões; na França (1998) US\$ 500 milhões; Coreia do Sul (2002) US\$ 2 bilhões e África do Sul (2010) US\$ 3,5 bilhões.

²⁴ As manifestações de junho de 2013 parecem ser uma exceção, pois “a Pátria do Futebol, ironicamente, deu uma lição ao resto do mundo na Copa das Confederações: nunca havia se visto tamanha mobilização de protesto contra um evento cuja popularidade ainda é tão dominante. Repercutia no mundo que o povo brasileiro, cuja identidade, [...] se confunde com o futebol, era contra a Copa. E tanto a Fifa quanto o governo sentiram o golpe. Mas se as manifestações haviam começado com protestos legítimos por maior moralidade política, foram rapidamente manipuladas pela grande mídia corporativa e transformadas em um movimento oposicionista antidemocrático. *Slogans* como ‘O gigante acordou’ e ‘Vem pra rua você também’ e a indução às vestes brancas ou verde-amarelas ‘contra tudo o que está aí’ tornaram-se as palavras de ordem de uma mobilização vaga em objetivos, claramente insuflada pelo poder econômico e midiático para atingir e desmobilizar a presidenta e o regime democrático” (FERREIRA, 2014, p. 14).

²⁵ Com a valorização de determinadas regiões, por meio da ação urbanística pública-privada, as populações mais antigas, devido a uma valorização e especulação imobiliária, acabam expulsas desses locais.

REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. Disponível em: <<http://arquidiocesecampinas.com/dom-airton-assume-presidencia-do-museu-arquidiocesano.html>>. Acesso em: 20/12/2012.
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.11-74.
- ASSECOM. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/imprensa/noticias/ministerio-da-cultura-vira-parceiro-do-projeto-de-restauracao-da-fortaleza-dos-reis-magos/12863/>>. Acesso em: 20/12/2012.
- BAPTISTA, Dulce M. T.; GAGLIARDI, Clarissa M.R. (orgs.) **Intervenções urbanas em centro históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: EDUC/CAPES, 2012. p. 171-192.
- BORJA, J. Revolución y contrarrevolución en la ciudad global: las expectativas frustradas por La globalización de nuestras ciudades. **EURE**, Santiago, vol. 33, n. 100, p. 35-50, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.eure.cl/>>. Acesso em: 20/09/2012.
- BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega Eventos: o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro? **E-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 3, ano 1, p. 29-34, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.emetropolis.net/>>. Acesso em: 23/1/2013.
- CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.
- CHAYAMITI, I.; BARBOSA, M. Após dois anos, África do Sul ainda paga conta de estádios. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01/04/2012. Videocasts. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1069576-apos-dois-anos-africa-do-sul-ainda-pagaconta-de-estadios.shtml>>. Acesso em: 21/01/2013.
- FERNANDES, L. Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: ANDREW, J. *et al.* **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.
- _____. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERREIRA, J.S.W. Um teatro milionário. In: ANDREW, J. *et al.* **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 11, ano 6, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao11-dossie-luz/262-moradias-e-praticas-espaciais-na-regiao-da-luz>>. Acesso em: 20/1/2013.

G1 RIO. Em carta, índios dizem que resistirão a desapropriação de museu no Rio. **G1**: o portal de notícias da Globo. Rio de Janeiro, 29/1/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/em-carta-indios-dizem-que-resistirao-desapropriacao-de-antigo-museu.html>>. Acesso em: 30/1/2013.

HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JOSÉ. Beatriz K. As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo (anos 90). In: BAPTISTA, Dulce M. T.; GAGLIARDI, Clarissa M.R. (orgs.) **Intervenções urbanas em centro históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: EDUC/CAPES, 2012. p. 171-192.

LORES, R.J. Mecenato cria rede de museus em BH. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 nov 2011. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 06/11/2011.

MAGALHÃES, L. Marketing cultural: o que é que eu ganho com isso? In: Cribari, I. **Economia da Cultura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangara, 2009.

MARICATO, E. Nossas cidades estão ficando inviáveis. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, nº 66, ano 8, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 12/12/2012.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINC. **Projetos culturais via renúncia fiscal**. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/07/07/projetos-culturais-via-renuncia-fiscal/>>. Acesso em: 15/12/2011.

OLIVEIRA, Alberto. A economia dos megaeventos: impactos setoriais e regionais. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.257-275, jan./jun 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/publicacoes/revista_pr/revista_pr.htm>. Acesso em: 20/1/2013.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.

_____; BIENENSTEIN, G. A configuração de um modelo: notas para a inscrição histórica das grandes intervenções na cidade contemporânea. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - Sessão temática 4 "Políticas Públicas e Instrumentos do Urbanismo"**. Rio de

Janeiro. v.8, n.4, 2004. Disponível em: < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/>>. Acesso em: 15/1/2013.

USUÁRIOS de site de viagem listam lugares preferidos em São Paulo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/01/2013. Turismo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/turismo/1218336-usuarios-de-site-de-viagem-listam-lugares-preferidos-emsao-paulo.shtml>>. Acesso em: 22/01/2013.

VAINER. C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.75-103.